

MALUCOS CUNHADOS E FUNDIDOS

POR ANTÓNIO PINTO DE SOUSA

A moeda de bronze do valor facial de 80 réis, vulgarmente conhecida sob a denominação de «Maluco», foi por imperiosas circunstâncias, que o momento exigia, fundida inicialmente no Castelo de S. Jorge da Ilha Terceira, por ordem da Junta Provisória que em nome de D. Maria II ali governava.

«Passou-se a ordem para esta operação já em 16 de Dezembro de 1828 e tratava-se por ora de sinos quebrados. Feita a experiência, por estes, pouco depois mandaram-se apear os de bom uso, de forma que nem os sinos das igrejas paroquiais sômente, e os das ermidas filiais, se não ainda os de algumas Câmaras, foram levados para o Castelo, e entregues na fundição que, ali primeiro, e depois na Alfândega, se preparavam, e com tal rigor se procedeu a este respeito, que muitas igrejas ficaram com pequenas sinetas de que nenhum caso se fazia» (1).

Quanto às instalações da Casa da Moeda, todos os historiadores afirmam que a mesma nunca passou de uma mediocre oficina de fundição, onde não existia laminador nem balancê ou coisa que se assemelhasse: «... apenas ali se encontrava um tosco caixão de madeira, cheio de areia fina húmida e batida, na qual moldavam o anverso e o reverso desta moeda de bronze» (2).

Sobre o desenho da moeda, não nos dizem quem foi o seu autor, nem como e de que matéria foram feitos os moldes que serviram para moldagem dos primeiros exemplares, todavia é curioso notar que manifestam a opinião de que seria difícil a sua contrafacção por motivo da sua imperfeição: «Foi esta moeda de um cunho muito grosseiro, por falta de máquinas, mas aperfeçoando-se, se tanto podemos afirmar, com o socorro de uma lima que lhe tirava as sobras, e que por esta mesma causa se tornava dificultosa a sua falsificação» (3).

Infelizmente para o erário da Causa Constitucional, que teve a necessidade urgentíssima de apear das torres sineiras os seus seculares moradores, assim não sucedeu, e foi precisamente o aspecto grosseiro que estimulou e facilitou a sua imitação, logo que para isso conseguissem por qualquer forma, sem olhar a meios, o metal necessário para o seu fabrico: «Se, porém, aquela imperfectibilidade se tornava difícil falsificá-la, todavia a muitos traficantes e

(1) Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*.

(2) Bernardino José de Sena Freitas, *Arquivo dos Açores*.

(3) Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*.

especuladores fácil lhes foi terem também as suas fábricas dessa moeda, e para esse fim furtavam-se as campainhas das casas particulares e as maçanetas de metal das janelas, as sinetas das capelas públicas e das particulares; compravam-se por baixos preços quantos tachos velhos, candieiros e castiçaleiros lhes apareciam, roubavam os castiçais das igrejas, e esgotados estes materiais, despachavam na Alfândega de Angra barricas com pregos e ferragens, que continham do meio bara baixo, esta moeda» (1).

Postas a circular, o que pela sua semelhança não devia dar grande preocupação aos falsários, era difícil ou mesmo impossível poder-se conhecer as verdadeiras das falsas, não só as fundidas clandestinamente nos Açores, como outras vindas de contrabando do estrangeiro: «...além destas (as verdadeiras), andavam igualmente em circulação, sem se poderem distinguir, grande número de outras falsas, fabricadas nas mesmas Ilhas e nos países estrangeiros» (2).

Atendendo à relativa vulgaridade do «Maluco», é de supor que poucos são os ajuntadores e coleccionadores que não tenham nos seus medalheiros, em melhor ou pior estado de conservação, um ou mais exemplares de gravura diferente e de variadíssimas ligas, o que é natural, como afirmam os cronistas da época, olhando à proveniência heterogénea da matéria-prima, motivo porque os seus actuais possuidores não conseguirão distinguir os falsos dos verdadeiros (Figs. 1 e 2), pela razão, como já dissemos, de ambos circularem livremente nas Ilhas, e embora fossem conhecidos alguns dos falsários, fabricantes e importadores, bem dignos uns dos outros, «resultava que homens pobres em pouco tempo apareceram opulentos, e irmanavam com os principais negociantes e capitalistas da Ilha Terceira, as autoridades não procediam como lhes cumpria, contra os cúmplices, porque a política os protegia» (3).

Conquanto oficialmente o «Maluco» seja moeda fundida, aparecem, embora muito raros, alguns exemplares cunhados.

Teixeira de Aragão, na sua «Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal», Vol. II, pág. 200, a propósito do exemplar, hoje no Museu Numismático Português com o número 5650, diz: «O modelo cunhado em cobre existe actualmente na Colecção de Sua Magestade, e foi oferecido a El-Rei pelo Senhor Duque de Loulé». Afigura-se-nos que Teixeira de Aragão considerou o exemplar da colecção real como modelo e portanto molde para a fundição dos primeiros «Malucos»; porém, não nos dá qualquer indicação da sua proveniência.

Presentemente, além dessa moeda temos conhecimento de mais dois

(1) Bernardino José de Sena Freitas, *Arquivo dos Açores*.

(2) Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das Moedas... de Portugal*.

(3) Bernardino José de Sena Freitas, *Arquivo dos Açores*.

MALUCOS CUNHADOS E FUNDIDOS



exemplares cunhados, um importado há anos da América do Norte (Fig. 3), propriedade de um colecionador desta cidade, e outro, se a aparência não nos engana, o que está representado na lâmina n.º 16 da «Cartilha Numismática Portuguesa» do Dr. Batalha Reis.

Mas onde foram batidas essas moedas? Nas Ilhas não havia máquinas próprias para a sua cunhagem, porque, se existissem, decerto não teriam recorrido à fundição. No continente, mesmo admitindo a hipótese de que fossem cá feitas clandestinamente, as comunicações com os Açores, antes de D. Pedro desembarcar, na manhã do dia 9 de Julho de 1832, na Praia do Mindelo, eram difíceis e perigosas. Na nossa opinião, estas moedas feitas a balancê são tão falsas como as fundidas à margem da lei, tanto nas Ilhas como outras vindas do estrangeiro, só com a diferença de serem cunhadas.

Bernardino José de Sena Freitas, autor do «Arquivo dos Açores», decerto referindo-se ao «Maluco» cunhado, diz-nos a sua proveniência, afirmando que: «...esta moeda foi fabricada na Inglaterra, e posta em circulação diferenciava-se das outras no peso, na cor e por ser mais perfeita» (1).

O moedeiro falso algures na Inglaterra parece que teve o cuidado em dar à gravura a aparência da moeda fundida, que por certo lhe enviaram para modelo, mas esqueceu-se que a desigualdade de fabrico, tirando-lhe os defeitos próprios da fundição, deu à moeda um acabamento e aspecto mais perfeito, por conseguinte uma melhor apresentação, tornando-a, por esse motivo, fácil de distinguir da fundida, falsa ou verdadeira, em giro, e portanto difícil de passar. Além disso, o que muito devia ter contribuído para a sua raridade de hoje, se não o principal, foi a ordem de 17 de Setembro de 1831, que «...proíbe a entrada nas Ilhas de qualquer porção de moeda de cobre estrangeira, fosse de que nação fosse, devendo ser derretida até ser reexportada para fora dos domínios portugueses a que fosse encontrada nos navios que aportassem aos Açores» (2).

Para terminar diremos que, embora as tropas expedicionárias tivessem deixado Ponta Delgada a 27 de Junho de 1832, ou sejam 18 dias depois de D. Pedro ter assinado o Decreto para a recolha dos «Malucos», já ouvimos dizer que os primeiros *prets*, pagos na *Invicta*, foram feitos com essa moeda. Parece-nos que essa afirmação é muito audaciosa, pois Mousinho da Silveira, na proposta que submeteu a D. Pedro, entre as causas que aponta para a recolha dos «Malucos», diz: «...e não tendo semelhante moeda circulação no Reino, estraga todas as relações comerciais das Ilhas com o Reino» (3).

(1) Bernardino José de Sena Freitas, *Arquivo dos Açores*.

(2) Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das Moedas... de Portugal*.

(3) *Crónica Constitucional do Porto*, n.º 19, de 6 de Agosto de 1832.